

Mais de 1,6 mil clandestinos

KADIDJA FERNANDES/AT

Para regularizar o transporte alternativo na Grande Vitória, cooperativa cria projeto e afirma que vai entregá-lo à Ceturb

Mais de 1,6 mil veículos já atuam no transporte clandestino de passageiros na Grande Vitória, entre vans, Kombis e táxis-lotação. A estimativa é da Cooperativa de Transporte Alternativo do Espírito Santo, criada este ano por motoristas que buscam a regularização.

O diretor-presidente da cooperativa, Jairo Cezar Pinheiro de Almeida, formulou o projeto que pretende entregar à Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) e prefeituras de Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha.

Com sede em Campo Grande, Cariacica, a organização já conta com 400 cooperados somente no município e em Vila Velha. A intenção é chegar a 800 associados, expandindo os serviços para toda a região metropolitana.

Fazendo transporte coletivo sem passar por licitação ou não ter permissão das prefeituras e da Ceturb, o serviço é considerado clandestino e combatido pelo Batalhão de Polícia de Trânsito Rodoviário e Urbano (BPRV).

Mas a cooperativa defende que foi constituída legalmente e os veículos são regulares, pois possuem registro.

"Estamos nos organizando pa-

ra prestar um serviço de qualidade, dar mais esta alternativa para os usuários", afirmou Almeida.

Ele ressaltou que só serão permitidos veículos a partir do ano de 1994, com seguro para os passageiros, adesivo de identificação, além dos motoristas usarem uniforme e crachá.

"Também vamos enviar os cadastros para as polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal para garantir a segurança dos passageiros", ressaltou Almeida.

O projeto também prevê a criação de pontos de embarque exclusivos para o transporte alternativo, onde pessoas uniformizadas orientarão os passageiros, e a contratação de 50 fiscais.

Para escolher os bairros onde atuar, a organização fez uma enquete com passageiros e está fazendo parcerias com associações de moradores em bairros com maior demanda.

"Este tipo de transporte já é legalizado em várias partes do País", disse ontem Elaine Reis de Souza, ao lado de David Santos Soares, Wesley Nogueira de Souza Trindade, Francisco Emilio Trindade Souza e Cristiano Pereira Silva Filho. Eles transportam passageiros em vans na Grande Vitória.



Elaine, Davi, Wesley, Francisco e Cristiano: transporte de passageiros em vans

Sistema integrado no Rio e Recife

Em algumas cidades do País, a queda de braço entre o transporte alternativo e os gestores de transporte público terminou com a legalização e integração dos sistemas.

No Recife, em Pernambuco, por exemplo, o transporte clandestino foi combatido pela prefeitura, em parceria com a Polícia Militar, e substituído pelo transporte complementar, que atende apenas localidades em que não há linhas de ônibus.

A assessoria de comunicação da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) da

Prefeitura Municipal de Recife informou que, em três bairros, este tipo de transporte é subsidiado pelas empresas de ônibus e gratuito para os usuários, até o terminal.

Além disso, as vans e microônibus que fazem parte do sistema estão sendo incluídas na bilhetagem eletrônica, e garantem a gratuidade de idosos e o desconto de 50% para estudantes.

No Rio de Janeiro, cerca de 6 mil Kombis e vans fazem o chamado Transporte Especial Complementar (TEC), atendendo de 10% a 20% da popula-

ção, em áreas de difícil acesso para os ônibus.

De acordo com a assessoria de comunicação da Subsecretaria de Transportes Urbanos do Rio, um projeto de lei, que está sendo discutido e deve ser implantado no próximo ano, pretende integrar o sistema ao municipal, após uma licitação.

Atualmente, os veículos do TEC são ligados a cooperativas e contêm faixas de cores diferentes, que determinam as áreas em que podem circular. Além disso, precisam passar por vistoria e o motorista e o auxiliar são cadastrados.

O QUE DIZEM A CETURB E AS PREFEITURAS

Ceturb

O diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (-Ceturb-GV), Marcelo Ferraz, afirmou que não tem conhecimento do projeto apresentado pela Cooperativa de Transporte Alternativo do Estado do Espírito Santo, com sede em Cariacica. Por isso, não poderia comentá-lo.

Ferraz, entretanto, se colocou à disposição da cooperativa para receber e analisar o projeto apresentado.

Vitória

O secretário de Transportes e Infraestrutura de Vitória (Setran), Artur Augusto Oliveira Neves, ressaltou que não há intenção do município em regularizar o transporte irregular e a fiscalização de combate aos clandestinos será intensificada.

Ele destacou que o município está fazendo estudos e pretende melhorar o atendimento de transporte com o sistema já existente, através da reformulação de linhas, ampliando a oferta nas que têm maior demanda, e da implantação do sistema de integração.

“Até o final do ano, queremos colocar em prática a integração do sistema, com a bilhetagem eletrônica, onde o passageiro terá um tempo determinado para passar de um ônibus para outro, pagando apenas uma passagem”, explicou.

Dessa forma, a prefeitura espera acabar com a sobreposição de linhas, já que o passageiro poderá trocar de ônibus, pagando uma tarifa.

Vila Velha

O secretário de Serviços Urbanos de Vila Velha, Romário de Castro, em que está inserida a Superintendência de Transportes, disse que ainda não conhece a proposta da Cooperativa de Transporte Alternativo do Estado do Espírito Santo e, por isso, não poderia se manifestar.

“Uma das pessoas da cooperativa falou sobre o projeto, durante a assembléia popular desta semana, mas ainda não recebemos nenhum documento sobre isso”, comentou.

Ele ressaltou que a fiscalização contra o transporte clandestino, que aumentou no município após a última greve de ônibus, está mantida e será intensificada.

Além disso, acrescentou que uma lei municipal, aprovada recentemente, também impede que táxis com placas de outros municípios façam ponto em Vila Velha. “Estamos intensificando a fiscalização que, a princípio, foi somente para informar os motoristas sobre a nova lei”, explicou.

Serra

O secretário de Defesa Social da Serra, Ledir da Silva Porto, que agrega o Departamento de Trânsito, observou que, embora a responsabilidade pelo transporte público no município caiba ao Estado, está aberto a uma discussão sobre o transporte alternativo, juntamente com outros municípios da região metropolitana.

“Ainda não recebemos essa demanda, mas se surgir deverá ser debatida junto ao Estado, para avaliarmos se realmente há

necessidade desse serviço. Também seria importante definir quem seria responsável pela fiscalização, que precisaria ser rigorosa”, ressaltou.

Porto observou que o município não aprova o serviço clandestino. “É importante analisar até onde o serviço é benéfico ou traz prejuízo. Este é um debate complexo, mas se houver um consenso da população de que esta é uma alternativa, podemos abrir a discussão”, disse.

Cariacica

O secretário de Serviços Urbanos e Transportes de Cariacica, Manoel Rodrigues da Vitória, disse que não conhece o projeto de regularização do transporte alternativo e isso precisaria ser discutido em conjunto pelas administrações municipais da Grande Vitória e o Estado.

“A princípio, o direito do cooperativismo é assegurado, mas teríamos que ver qual seria o impacto desses veículos no trânsito e fazer um estudo para sabermos se realmente existe demanda para isso, para que fosse algo organizado e proporcional às necessidades de cada localidade”, frisou.

Ele informou que o município está concentrando esforços na organização e fiscalização nos táxis, que foram regularizados mas que está aberto à discussão sobre o transporte alternativo.

“Toda discussão é bem-vinda e não vejo problema em debater a questão. Mas este debate tem que ser metropolitano e, entre debater e permitir, há uma distância”, ressaltou.